

Objetivos e usuários em contabilidade: a informação contábil e a sofisticação do usuário na tomada de decisão

Léo Raifur
Unicentro/UFPR
raifur@yahoo.com.br

Esmael Almeida Machado
UFPR
el_machado_ms@uems.br

Rafael Borges Morch
UFRJ
rafael.morch@gmail.com

Daniel Ramos Nogueira
UFPR
danielrnog@hotmail.com

Sonia Raifur Kos
Unicentro
soniarkos@hotmail.com

RESUMO

Os objetivos da contabilidade preconizam a necessidade de se produzir informações úteis para a tomada de decisões de seus usuários. Este artigo parte do pressuposto da informação em seus atributos qualitativos como ponto de partida para estabelecer a inter-relação entre os objetivos e os usuários da contabilidade. Usuários diferenciados, com necessidades especializadas, têm trazido à tona discussões acerca dos objetivos da contabilidade a partir de seu escopo teórico. Embora a informação contábil seja objetiva e verificável, seu modelo atual tem levantado críticas quanto a sua eficácia no processo de tomada de decisão. Visando elucidar esse assunto foram pesquisados autores de teoria da contabilidade, órgãos e entidades oficiais e literaturas relacionadas, de forma a contextualizar os vários entendimentos, reflexões e correntes aos objetivos da contabilidade e seus usuários. As considerações e conclusões estabelecem a informação como o núcleo que interliga os objetivos da contabilidade a seus usuários e tece algumas reflexões sobre os padrões e o arcabouço normativo-legal da prática contábil e as necessidades de seus usuários, apoiando a solução do problema em três pontos principais: o escopo teórico da contabilidade; o grau de sofisticação do usuário e as condições de tomada de decisão..

Palavras-Chave: Objetivos da contabilidade. Usuários da contabilidade. Informação contábil. Tomada de decisão.

1. Introdução

A atividade humana, os negócios, a ciência e a tecnologia, se desenvolvem em proporções exponenciais. A rede mundial de computadores permite, em tempo real, a comunicação com qualquer parte do mundo. E essa dinâmica está produzindo o mais abundante celeiro de informações que a história jamais pudesse imaginar. Estruturas organizacionais estão implantando os departamentos de Inteligência. Função: recrutar, produzir, analisar, avaliar, classificar e utilizar informações. A informação não é mais o problema, mas sim, a qualidade dela.

Essa dinâmica recai sobre os pressupostos da prática contábil, seus padrões, normas, postulados e objetivos. Usuários heterogêneos: empresas, governos, bancos, acionistas e investidores, ONGs, OSCIPs, instituições sem fins lucrativos, etc. oriundos de uma sociedade cada vez exigente e imprevisível estão produzindo novas necessidades de informações.

Alguns usuários têm demonstrado insatisfação com o modelo atual de informações geradas pela contabilidade. A ciência contábil, em seus objetivos, preconiza em sua essência,

fornecer informações úteis para tomada de decisão de seus usuários. E se isso não acontece, resta identificar em que momento surge esse conflito e quais as formas para solucioná-lo ou, pelo menos, atenuá-lo.

Este artigo contextualiza os objetivos e usuários da contabilidade a partir de sua estrutura teórica, apresentando estudos, interpretações e contribuições de diversos autores, buscando relacionar e reunir os modelos teóricos dentro da realidade e das exigências atuais, contribuindo para a discussão e reflexão sobre os conflitos existentes entre os interesses dos usuários, as informações requeridas, e os objetivos da contabilidade. Nesse contexto tem-se a seguinte questão problema: **Quais ações poderiam contribuir para que o objetivo da contabilidade seja maximizado no seu papel de fornecer informações úteis à tomada de decisões de seus usuários?**

2 Fundamentação teórica

As premissas teóricas originadas da escola italiana gradativamente vêm sofrendo grandes influências da escola norte-americana em termos de formulações e reformulações da doutrina contábil, pressionadas por um universo de corporações gigantescas e extraordinário desenvolvimento do mercado de capitais. Entidades como *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), *Accounting Research Division* (ARD), *Accounting Principles Board* (APB), *Financial Accounting Standards Board* (FASB), *International Accountant Standard Committee* (IASC), a revista *The Accounting Review*, tem liderado estudos, pesquisas e opiniões sobre as áreas de interesses da Contabilidade, muitos deles enfatizando a preocupação com os objetivos da Contabilidade, o seu usuário e a informação para tomada de decisões.

2.1. OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

De acordo com Iudícibus (1997), “o ponto de partida para qualquer disciplina ou campo de estudo é estabelecer os limites de sua atuação e seus objetivos”. Observa que os objetivos da contabilidade frequentemente são formulados a partir dos princípios ou postulados. Mas, na verdade a formulação de tais objetivos ou sua materialização decorrem da observação da realidade, ou sofrem forte influência dela. Os princípios e as normas funcionam como agentes mediadores na construção dos objetivos, que são o ponto mais alto da estrutura hierárquica do estudo da Contabilidade.

Argumenta ainda o mesmo autor que os objetivos da Contabilidade poderiam estar alicerçados em duas abordagens distintas:

ou consideramos que o objetivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários, ou a Contabilidade deveria ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados, para cada tipo de usuário (IUDÍCIBUS, 1997).

Com base em estudos realizados pela AICPA sobre os objetivos dos demonstrativos financeiros, Iudícibus (1997) afirma que a “função fundamental da Contabilidade (...) tem permanecido inalterada desde seus primórdios, que é a de prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões”. Entretanto, houve mudanças nos usuários e nas formas de informação que eles tem procurado, permanecendo inalterada a função da Contabilidade, que é a de prover a informação útil para tomada de decisão. Uma primeira abordagem conflitante é justamente uma avaliação do que é

ou não útil para tomada de decisões. Por essa ótica, haveria necessidade de uma análise a partir do modelo decisório de cada usuário, podendo consistir em:

- a) Identificar e definir a função-objetivo a ser maximizada;
- b) Coletar e avaliar a informação utilizada no passado para maximizar a função;
- c) Prover o modelo preditivo que irá suprir o modelo decisório para maximização da função-objetivo.

Analisando os tipos de informações requisitadas pelos diversos usuários, observa-se que, na sua maioria, eles estão preocupados com a capacidade de geração de caixa e rentabilidade da empresa.

Hendriksen & Van Breda (1999) destacam que:

a principal dificuldade com a ênfase no processo de contabilização e na estrutura convencional de divulgação é a de que certos termos contábeis, tais como lucro líquido e receita, e mensurações tais como custo histórico, possuem pouco ou nenhum significado interpretacional no que se refere a fenômenos do mundo real. Tais termos são criações dos contadores.

Em resumo, os processos decisórios partem das informações contábeis, que partem dos postulados, princípios e padrões contábeis. Assim, o processo decisório é influenciado pela informação contábil disponível, sendo que a recíproca não é verdadeira.

O *Estudo de Pesquisa em Contabilidade* nº 1, citado por Hendriksen & Van Breda (1999) descreve que o objetivo da contabilidade é:

1. Medir os recursos possuídos por entidades específicas;
2. Refletir os direitos contra essas entidades e os interesses nela existentes;
3. Medir as variações desses recursos, direitos e interesses;
4. Atribuir as variações a períodos determináveis;
5. Expressar os dados anteriores em termos monetários como denominador comum.

Caminha na mesma linha o pronunciamento número 4 do APB, que define o objetivo geral da divulgação financeira como sendo o de fornecer informação financeira confiável sobre os recursos econômicos e as obrigações de uma empresa.

Iudícibus (1997) propõe que:

O sistema contábil deveria ser capaz de produzir, em intervalos regulares de tempo, um conjunto básico e padronizado de informações que deveria ser útil para um bom número de usuários, sem esgotar as necessidades destes, mas resolvendo-lhes as mais prementes. E, ainda assim, deveria ser capaz de reagir, mais lentamente, é verdade, mas seguramente, às solicitações diferenciadas de usuários.

À medida que um amplo universo de usuários com necessidades específicas e individualizadas, podem ser atendidos a partir de um conjunto básico e padronizado de informações adaptadas de acordo com esses requisitos, tem-se inicialmente que a Contabilidade está atingindo seu objetivo.

De acordo com o FASB, citado por Hendriksen & Van Breda (1999):

A divulgação financeira deve fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores atuais e em potencial, bem como para outros

usuários que visem a tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras semelhantes. As informações devem ser compreensíveis aos que possuem uma noção razoável dos negócios e das atividades econômicas e estejam dispostos a estudar as informações com diligência razoável.

A divulgação financeira deve proporcionar informação que ajude investidores, credores e outros usuários, presentes e em potencial, a avaliar os volumes, a distribuição no tempo e a incerteza de possíveis fluxos de caixa em termos de dividendos ou juros, e os resultados da venda, do resgate e do vencimento de títulos ou empréstimos. Como os fluxos de caixa de investidores e credores estão relacionados aos fluxos de caixa da empresa, a divulgação financeira deve proporcionar informações que ajudem investidores, credores e outros a avaliar os volumes, distribuição no tempo e a incerteza das possíveis entradas líquidas futuras de caixa da empresa.

A divulgação financeira deve fornecer informações sobre os recursos econômicos de uma empresa, os direitos sobre esses recursos (obrigações da empresa em termos de transferência de recursos a outras entidades e a participação dos proprietários), bem como os efeitos de transações, eventos e circunstâncias que alterem seus recursos e os direitos sobre tais recursos.

Algumas críticas surgiram no sentido de que o FASB em nada acrescentou aos objetivos da contabilidade até então alcançados, e não levava a nenhum aprimoramento dessa ciência. Também foi observado que para alguns o papel da contabilidade é atestar alguma coisa, e não predizer. Mais recentemente, surgiu uma corrente que afirma que a empresa pode ser equiparada a um jogo no qual os contadores são os responsáveis por tomar conta do placar. Numa situação como essa, a contabilidade não tem outro papel senão o de um sistema de contagem aceito por todos os participantes (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Hendriksen e Van Breda (1999) ainda observam que uma outra corrente sugere que, embora o foco nos usuários seja interessante, tampouco está isento de dificuldades. Em particular, requer respostas para três perguntas:

- a) Que usuários devem ser considerados?
- b) Quão semelhantes são os objetivos de usuários diferentes?
- c) Devem ser considerados os desejos da administração?

Numa visão mais abrangente desse conflito tem-se que as discussões surgidas estão diretamente relacionadas aos três níveis que focalizam a teoria da contabilidade: o sintático, semântico e pragmático. E a conjunção e a inter-relação destes níveis é que geram uma das qualidades essenciais da informação contábil, tanto que se destaca no nível superior da hierarquia dessas qualidades, que é a compreensibilidade.

Na discussão da teoria da contabilidade como linguagem, Hendriksen e Van Breda (1999) apontam três questões que devem ser respondidas:

- a) Qual é a *compreensão* das palavras pelos usuários?
- b) Que *significado* tem essas palavras?
- c) As palavras fazem sentido *lógico*?

Ao se responder às questões acima, se está fazendo o uso da linguagem e seus sentidos: pragmático, que é o estudo do efeito da linguagem; semântico, que é o estudo do significado da linguagem e; sintático, que é o estudo da lógica ou gramática da linguagem.

Esse conjunto de elementos de linguagem, mesmo quando tratados conjuntamente, podem apresentar ênfases diferentes em seus particulares, gerando correntes distintas. Em seus estudos, por exemplo, Iudícibus (1997) conclui que, de forma geral a literatura norte-americana tem foco no usuário, dando ênfase ao nível pragmático. Pela ótica de Hendriksen & Van Breda (1999), conclusão semelhante é a do FASB quanto aos objetivos da contabilidade, como descrito: “O FASB, embora não tenha rejeitado os enfoques semântico e sintático, dá mais ênfase ao enfoque pragmático”. Interpretação de cunho semântico-sintático pode ser atribuído a Favero et al (1995) quando destacam que:

infelizmente, a informação contábil apresentada pela grande maioria das empresas brasileiras está direcionada unicamente para atendimento das exigências fiscais (usuário-alvo – governo). Desta forma, percebe-se que a maioria dos profissionais é aparentemente míope no que diz respeito à informação gerencial.

2.2. USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

Os usuários da contabilidade podem ser classificados em dois grupos: internos – representados pelos empregados, gerentes, diretores, chefes de unidades produtivas, etc., e externos – representados pelos bancos, fornecedores, governo, sindicatos, acionistas, agências, investidores, institutos, instituições de ensino e estudantes, pessoas físicas, etc.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) 1992, usuário é “toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”.

Tabela 1. Classificação dos usuários em função dos tipos de informação.

Usuário da Informação Contábil	Meta que deseja maximizar ou Tipo de Informação mais Importante
• Acionista minoritário	fluxo regular de dividendos.
• Acionista majoritário ou com grande participação	fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
• Acionista preferencial	fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
• Emprestadores em geral	geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
• Entidades governamentais	valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
• Empregados em geral, como assalariados	fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez.
• Média e alta administração	retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Fonte: Iudícibus (1997)

Para o FASB, os acionistas, outros investidores e os credores são os principais usuários da contabilidade, prevalecendo que a divulgação financeira deve ser útil para a tomada de decisões de investimento, concessão de crédito e outras decisões semelhantes. Críticas surgiram no sentido de que dessa forma poderiam estar sendo produzidas informações privadas ou privilegiadas de interesse do usuário sofisticado, com alto grau de compreensão, geralmente investidores do mercado de ações, proporcionando rendimentos monopolísticos aos que tem acesso a tais informações. O objetivo é de que a divulgação financeira torne

pública e compreensível a informação disponível a um amplo número de usuários. Marion (1996) observa que:

Quase toda a bibliografia existente na área contábil visa especificamente formar o contador em “como fazer contabilidade”. O não-contador (...) está muito mais interessado em “como entender ou como interpretar a contabilidade”. Portanto, quase não existem livros ou materiais básicos, em nosso país, que norteiem o ensino da Contabilidade para “não-contadores”.

Outro conflito dentre os usuários são os pequenos empreendimentos, que consideram os procedimentos e padrões contábeis viesados em favor das empresas de grande porte, assim como usuários de organizações sem fins lucrativos acham que o processo de fixação de padrões é viesado na direção dos objetivos de organizações com fins lucrativos. Nesse sentido também caminham os estudos de Hendriksen & Van Breda (1999), destacando que o usuário simples poderia ser atendido com informações genéricas e que a real diferenciação situa-se dentre usuários mais sofisticados. Como são em menor número, poderiam ser produzidos relatórios de finalidades específicas, selecionando informações relevantes para os vários modelos de predição e tomada de decisões destes usuários. Os modelos de tomada de decisão que estão sendo utilizados poderiam ser descobertos a partir da observação de como esses usuários tomam decisões e de que informações necessitam. As limitações esbarram nas restrições das informações contábeis atualmente disponíveis.

O FASB e a AICPA reconhecem a importância dos argumentos em favor dos relatórios diferenciados, mas destacam dois aspectos importantes:

- a) a ênfase em informações de finalidades genéricas pressupõe que existe um grupo relativamente numeroso de usuários que demandam informações semelhantes;
- b) as informações de finalidades genéricas não visa satisfazer as necessidades especializadas, com pequeno número de usuários, cujas alterações nos padrões poderia elevar significativamente o custo dessas informações.

2.3. INFORMAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÃO

Gil (1992, p. 13) descreve que “a informação é o produto final do sistema de informações e deve ser apresentada em forma, prazo e conteúdo adequados ao usuário”.

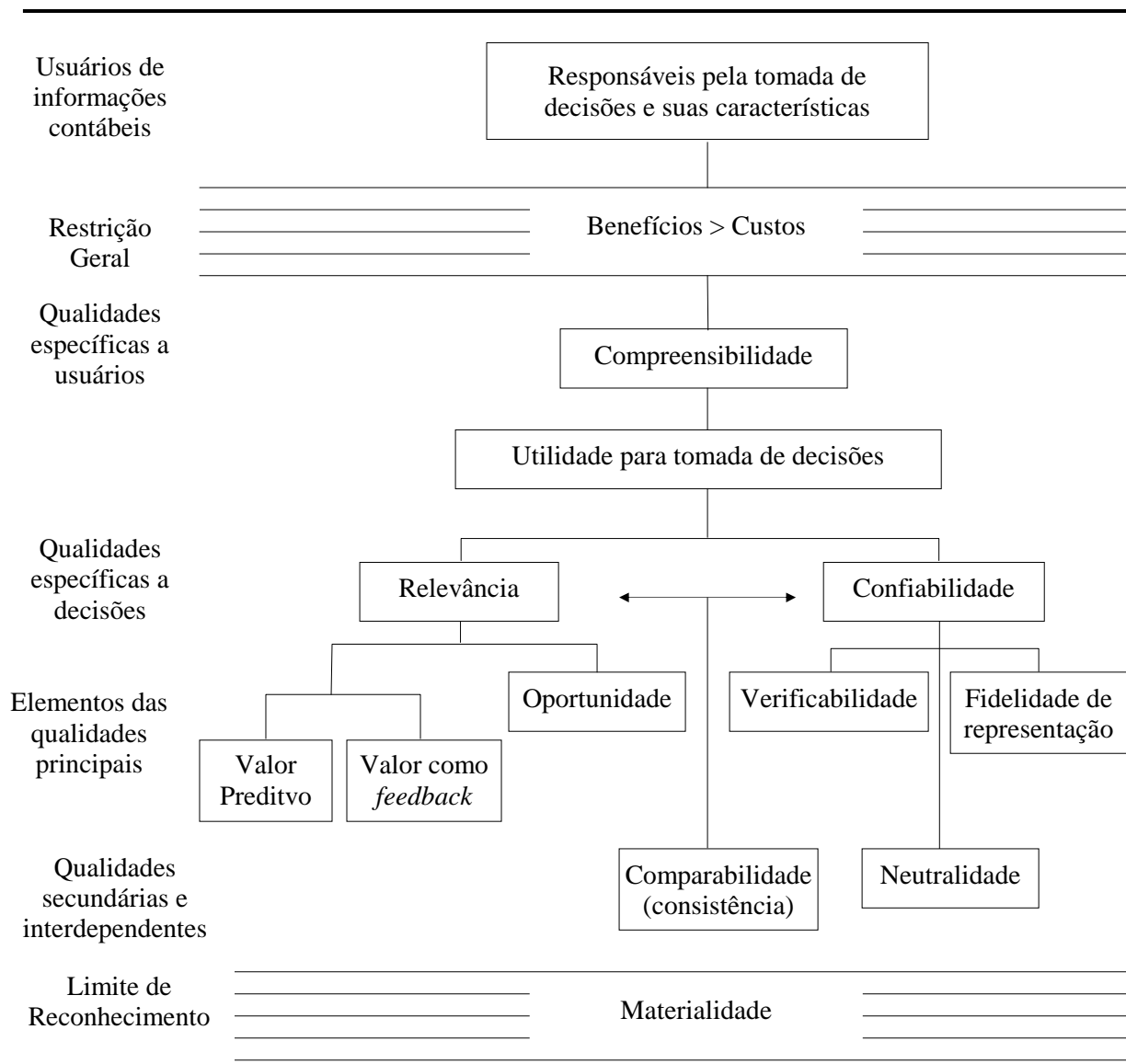
Para Oliveira (1999, p. 36), “informação é o dado trabalhado que permite ao executivo tomar decisões”. O dado trabalhado se transforma em informação, que se transforma em conhecimento quando auxilia no processo decisório.

Tendo a informação como o centro do conflito contabilidade-usuário, talvez Hendriksen & Van Breda (1999, p. 96) tenham elucidado de maneira mais completa o conjunto de atributos necessários para que essa informação seja útil e atenda aos objetivos da contabilidade, definindo-os conforme apresentado na Figura 1.

Para Crawford (1994, p.21) “o conhecimento é a capacidade de aplicar informação a um trabalho ou um resultado específico”.

Druker (1993), afirma que:

Hoje o recurso realmente controlador, o fator de produção absolutamente decisivo, não é o capital, a terra ou a mão-de-obra. É o conhecimento. Ao invés de capitalistas e proletariados, as classes da sociedade pós-capitalista são os trabalhadores do conhecimento e os trabalhadores em serviços.



Fonte: Hendriksen e Van Breda (1999)

Figura 1. Hierarquia de qualidades em contabilidade

Associada a informação está a capacidade que pessoas ou entidades tem para promoverem as tomadas de decisões. Russo & Schoemaker (1993) destacam que o processo de tomada de decisões pode ser dividido em quatro elementos principais:

1. **Estruturar:** estruturar a questão. Isso significa definir o que deve ser decidido e determinar, de forma preliminar, que critérios o fariam preferir uma opção em detrimento da outra (...);
2. **Colher informações:** procurar tanto os fatos reconhecíveis como as estimativas razoáveis a respeito dos “não-reconhecíveis” para tomar a decisão. Os bons tomadores de decisões administram a pesquisa como um esforço deliberado para evitar falhas, como o excesso de confiança naquilo que atualmente acreditam e a tendência a buscar informações que confirmem suas inclinações (...);
3. **Chegar a conclusões:** uma estruturação perfeita e boas informações não garantem uma decisão correta. As pessoas não podem tomar

consistentemente boas decisões utilizando apenas critérios intuitivos, mesmo dispondo de dados excelentes (...);

4. Aprender com o *feedback*: cada um precisa estabelecer um sistema para aprender com os resultados das decisões passadas.

Oliveira (1999), destaca que as decisões são tomadas nas seguintes situações:

Tomada de decisão em condições de certeza, em que cada curso de ação possível conduz invariavelmente a um resultado específico.

Tomada de decisão em condições de risco, na qual cada alternativa possível conduz a um conjunto de resultados específicos associados a probabilidades conhecidas.

Tomada de decisão em condições de incerteza, quando as possibilidades associadas aos resultados são desconhecidas.

Simon (1965) observa que as decisões dos executivos podem ser classificadas da seguinte maneira:

Decisões programadas – são caracterizadas pela rotina e pela repetitividade.

Decisões não-programadas – são as caracterizadas pela não-estruturação e, basicamente, pela novidade.

Em síntese, as decisões programadas permitem o estabelecimento de procedimentos-padrão a partir de diretrizes lógicas. Já as decisões não-programadas são caracterizadas pela inexistência de referenciais, não permitindo a construção de métodos-padrão, e se baseiam em diretrizes estratégicas.

3. Metodologia

A presente pesquisa é classificada como estudo teórico exploratório, com a finalidade de proporcionar maior aprofundamento sobre o tema-problema pesquisado.

Quanto ao método, a pesquisa está baseada em fontes secundárias, sobretudo em levantamentos bibliográficos e em pesquisas efetuadas.

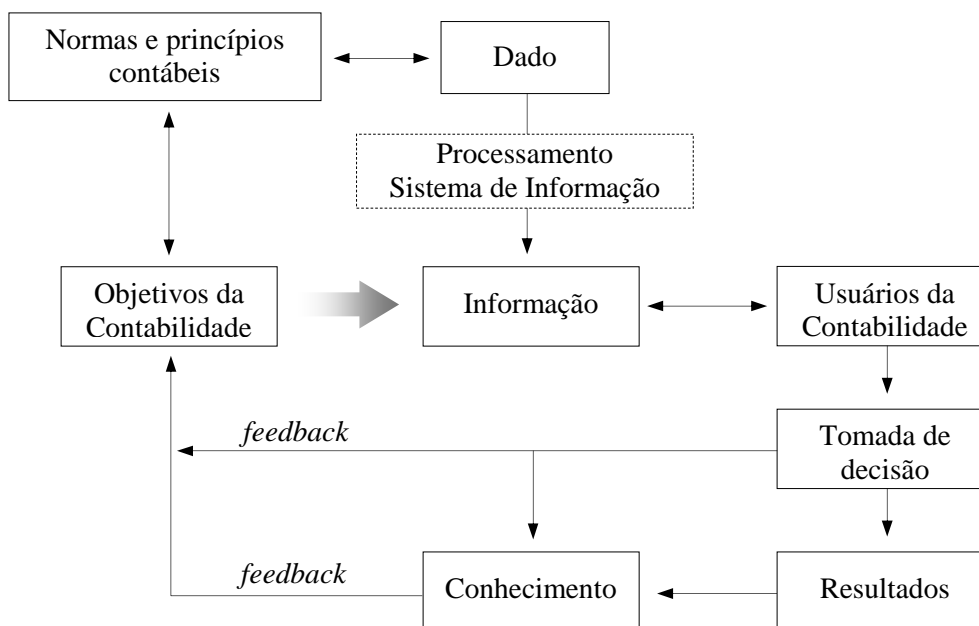
Quanto ao tipo de estudo este artigo classifica-se como de revisão de literatura.

4. Discussões

Parece estar claro que o núcleo que interliga os objetivos da contabilidade à seus usuários é a informação. O uso da informação, em um processo dinâmico de *feedback*, gera conhecimento.

A figura 2 procura articular entre si os entendimentos dos vários autores relacionados aos objetivos, usuários da contabilidade, informação e sistema de informação, e tomada de decisão. A prática contábil pode ser vista num dentro de um sistema dinâmico e homeostático, donde os objetivos da prática contábil vigiam o fornecimento de informações úteis à seus usuários. A informação, por sua vez, decorre do processamento dos dados os quais são alimentados obedecendo-se os princípios e normas da contabilidade. Os usuários, a partir das informações que recebem, tomam decisões, sejam por critérios operacionais ou estratégicos. Os resultados oriundos da aplicação das informações na tomada de decisão geram conhecimento que realimenta o sistema fortalecendo a função-objetivo da contabilidade. Mesmo que as decisões tomadas não produzam resultados, ou estes sejam insatisfatórios, o

sistema poderá utilizar-se deles para reavaliar as práticas passadas e redefinir o seu modelo de predição para decisões futuras.



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 2. Informação contábil e produção de conhecimento

4.1. FATORES CRÍTICOS DA INTER-RELAÇÃO OBJETIVO X USUÁRIOS

A partir do referencial destacado é possível observar três fatores importantes da inter-relação, objetivo versus usuário.

a) Prática contábil

A exigência da informação em seus atributos qualitativos de forma a melhor atender os usuários esbarra no próprio escopo da Contabilidade, ou seja, as complexas normas societárias e fiscais induzem, muitas vezes, a ênfases em registros e procedimentos, ou fixam-se sobre a evidência documental em detrimento de eventos físicos e econômicos que ocorrem no mundo dos negócios.

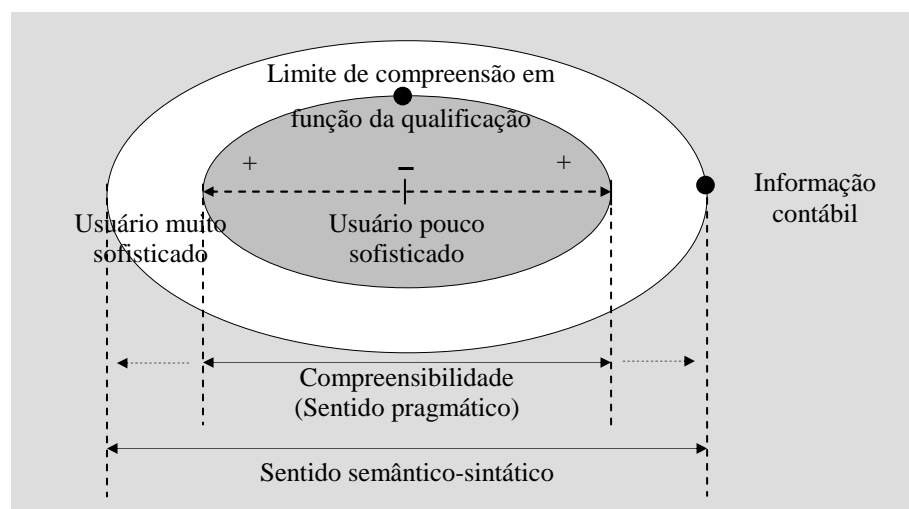
b) Atuação profissional

As peculiaridades dos usuários, em muitas circunstâncias, são responsáveis pela sobrecarga do profissional contábil, consumindo grande parte do tempo, tolhendo-lhe envidos de esforços na formulação de informações gerenciais e estratégicas. O sentido semântico-sintático fica claro quando observados, por exemplo, que informações baseadas em demonstrações de resultado voltadas para apuração de impostos e contribuições são requisitadas pelo usuário-governo. Financiadores e fornecedores requerem informações com ênfase na posição financeira e patrimonial. Acionistas e investidores necessitam conhecer o lucro por ação e os dividendos distributíveis. Administradores, gerentes, chefes de unidades de produção preocupam-se com informações que representem produtividade, eficiência e fluxos de caixa. E como se ainda não bastasse, muitos dos profissionais precisam dedicar boa parte do seu tempo para cálculo e recolhimento de impostos, controle de folha de pagamento, confecção dos demonstrativos contábeis obrigatórios. Por fim, devem estar atentos ante a

gama interminável de novas leis, resoluções, normas e regulamentos que afetam os procedimentos e as práticas.

c) Sofisticação dos usuários

O FASB repetidamente tem evidenciado o sentido pragmático da linguagem contábil, privilegiando o usuário. O pragmatismo antes de mais nada se faz representar pela compreensão, a primeira propriedade qualitativa descrita na bem aprofundada hierarquia de qualidades da informação contábil defendida por Hendriksen & Van Breda, a qual de certa forma encontra dificuldades justamente no escopo semântico e sintático da linguagem contábil. E essa dificuldade surge e acentua-se a partir do grau de compreensibilidade dos usuários. Como estabelece o FASB, a informação deve ser compreensível a um usuário com razoável conhecimento do mundo dos negócios. E o limite da compreensibilidade coaduna com o limite da contabilidade como ciência em sentido semântico-sintático intrínseco. Essa visão pode ser representada pela figura 3. Resumidamente, por maior que seja o esforço para tornar a informação contábil compreensível, ela requer qualificação mínima do usuário, de forma que por mais qualitativa que seja a informação no sentido semântico-sintático, os limites cognitivos decorrentes da qualificação do usuário tornam-na incapaz de assegurar tomadas de decisões adequadas. Assim, o círculo central constitui a maximização do sentido pragmático da informação contábil em relação à seus usuários. A área branca do círculo maior estabelece o conjunto de usuários excluídos da capacidade cognitiva de compreensão em função de seu nível de sofisticação.



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 3. Compreensibilidade em função da sofisticação do usuário.

A era do conhecimento e valorização do capital intelectual, entretanto, não obsolescem os modelos de informações originados a partir dos padrões contábeis, mesmo que se reconheça que esses movimentos intensifiquem o conflito existente. Alerta-se para a necessidade de se gerar as informações que atendam as expectativas decorridas dessas mudanças.

5. Considerações finais

As considerações finais da pesquisa se apóiam em três pontos principais:

a) o escopo da contabilidade: A ciência contábil e seus padrões, princípios e normas associados aos atributos qualitativos propostos por Hendriksen & Van Breda (1999, p. 96) é capaz de produzir informação compatível com as exigências atuais, mesmo com as complexidades e requisitos do mundo contemporâneo, atendendo eficazmente a um grande número de usuários e cumprindo em grande parte o seu objetivo;

b) sofisticação do usuário: O usuário pouco sofisticado necessita de qualificação para ampliar a compreensão do sentido semântico-sintático da ciência contábil, de forma que possa utilizar adequadamente a informação na tomada de suas decisões. Um universo grande desse tipo de usuário é formado pelos micro e pequenos empresários, em sua maioria com pouca escolaridade, baixo grau de profissionalização, poucos recursos de apoio a gestão além de estruturas precárias. A eles se somam as sociedades do terceiro setor, como ONGs, OSCIPs, entidades filantrópicas, instituições religiosas, grêmios, associações, etc. E o prejuízo tanto é interno, administrativo, como a incapacidade de avaliar necessidades de caixa e estabelecer políticas de expansão, como externo, destacando-se principalmente as deficiências de avaliação e concessão de crédito. O obstáculo principal, nesse aspecto, é a pouca disponibilidade de literaturas e instrumentos para a qualificação desse usuário.

c) qualificação do profissional de Contabilidade: muitos usuários, em menor número, claro, realmente necessitam de informações diferenciadas, as quais podem ser providas a partir de uma melhor qualificação do profissional da Contabilidade, devendo este dar direcionamento mais estratégico à informação, mantendo-se atualizado sobre as tecnologias e as mudanças ocorridas nos ramos dos negócios e da sociedade, do que se concentrar excessivamente em aspectos normativo-legais. Áreas e disciplinas com escopos estratégico-gerenciais e comportamentalistas deveriam compor a formação básica desse profissional. Nessa direção seguem os estudos de Mattessich, evidenciando que aspectos comportamentalistas devem ser adicionados a ciência contábil.

A informação contábil em seu modelo teórico associada ao seu usuário tem uma única finalidade: a tomada de decisão. E é este o objetivo da contabilidade. E a partir do inter-relacionamento entre informação, usuário e tomada de decisão, pode-se deduzir o esquema como demonstrado na tabela 2.

Tabela 2. Tomada de Decisão em função da informação e do usuário.

Informação	Usuário	Tomada de Decisão	
		Lógica	Pragmática
Qualificada	Qualificado	Correta (V)	Segura
Qualificada	Desqualificado	Incorreta (F)	Incerta
Desqualificada	Qualificado	Incorreta (F)	Insegura
Desqualificada	Desqualificado	Incorreta (F)	Inadequada

Fonte: Elaborado pelos autores

Entretanto, somente usuários e informações qualificadas poderão oferecer êxitos às tomadas de decisões. Informações ruins e/ou usuários desqualificados tenderiam à decisões malsucedidas.

No mundo dos negócios as decisões de cunho estratégico são mais prementes que as de cunho lógico. Mesmo com informações e usuários qualificados, ainda não existe garantia total de sucesso do ponto de vista estratégico, pois diversos usuários competidores tomam decisões diferentes a partir de premissas iguais.

Respondendo à questão-problema, tem-se que a estrutura teórica da Contabilidade deveria ser suficientemente flexível de forma a promover a compreensibilidade do seu usuário

sem perder suas características fundamentais como ciência. O usuário, por sua vez, independentemente do seu grau de sofisticação, deveria dispor de ferramental que aproximem a sua compreensibilidade até o limite do escopo da contabilidade. Usuários e informações, mesmo qualificados, não garantem eficácia estratégica se não disporem de sólidos processos decisórios.

A pesquisa desenvolvida não apresentou solução completa para o problema levantado. É importante que estudos adicionais sejam desenvolvidos com ênfases estratégicas às informações, sistemas de informações e processos decisórios. Além disso, estudos associando a Contabilidade a aspectos comportamentalistas permitiriam melhor compreender os principais usuários da contabilidade, seja no contexto empresarial interno ou externo.

Referências

COOPER, D.; SCHINDLER, F. Métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRAWFORD, Richard – Na Era do Capital Humano, tradução Luciana Gouveia, São Paulo: Atlas, 1994.

FAVERO, Hamilton Luiz *et al.* Contabilidade: teoria e prática, v. 1. São Paulo: Atlas, 1995.

FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. Statements of Financial Accounting Concepts. Disponível em: <<http://www.fasb.org/st/>> Acessado em: 05/08/08.

GIL, Antonio de Loureiro. Sistemas de informações: contábil, financeiros, São Paulo: Atlas, 1992.

HENDRIKSEN, Eldon S. Teoria da Contabilidade / Eldon S. Hendriksen, Michel F. Van Breda; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. – São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. Princípios Contábeis. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARION, José Carlos. O ensino da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de Marketing, ed. Compacta, 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistema de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais, 6ª ed, São Paulo: Atlas, 1999.

PINHEIRO, Fábio Araújo. O postulado do usuário: incentivo ao desenvolvimento da teoria da Contabilidade e do Contabilista. Caderno de Estudos, FIPECAFI, São Paulo, v.9, n.16, p. 59-65, jul./dez. 1997.

RUSSO, J. Edward; SCHOEMAKER, Paul J. H – Tomada de decisões: armadilhas, 1ª ed.; tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Saraiva, 1993.

RUSSO, J. Edward; SCHOEMAKER, Paul J. H. *A pyramid of decision approaches*. *California Management Review*, ABI/INFORM Global, v.36, n. 1, p. 9-31, Fall 1993.

SANTOS, Edilene Santana. Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar? *Caderno de Estudos, FIPECAFI, São Paulo*, v.10, n.18, p. - ,maio/ago. 1998.

SIMON, Herbert A. *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. Rio de Janeiro: Usaid, 1965.

THEÓPHILO, Carlos Renato. Algumas reflexões sobre pesquisas empíricas em Contabilidade. *Caderno de Estudos, FIPECAFI, São Paulo*, v.10, n.19, p.9-15, set./dez. 1998.